

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O EFEITO DA INTERLOCUÇÃO DIALÓGICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

UNIVERSITY EXTENSION AND THE EFFECT OF DIALOGICAL INTERLOCUTION IN THE FORMULATION OF PUBLIC POLICIES

Emerson Lopes Barbosa<sup>1</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

Alícia Ferreira Gonçalves<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba

Maria das Graças Alves Rodrigues<sup>3</sup>

Universidade Federal da Paraíba

## RESUMO

A partir dos anos 2000 observamos - a partir do ponto de vista dos grupos sociais - as demandas pela construção de serviços públicos baseados na experiência do cidadão, como eixo significativo, central (demanda) no ciclo das políticas públicas. Ao inserirmos os sujeitos – público/alvo da ação no centro do processo, obtemos muito mais elementos para a análise em profundidade (Rodrigues, 2016), que por sua vez, tem o potencial de elaboração de políticas públicas mais efetivas. Assim, este artigo tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento epistemológico da formulação de políticas públicas baseadas nos sujeitos. Neste sentido, a pesquisa etnográfica em curso propõe realizar a cartografia de uma rede de extensão universitária presente no Programa “UFPB no seu Município”, por meio de análise documental, qualitativa e quantitativa a fim de identificar o impacto das ações de extensão no

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela UFCG, Mestre em Antropologia e Bacharel em Comunicação em Mídias Digitais pela UFPB.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP.

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciências da Religião pela UFPB.

processo de formulação de políticas públicas nos municípios, visando a interlocução dialógica entre os setores da sociedade: Estado, mercado e sociedade civil.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Interlocução dialógica; Extensão universitária; Gestão Social.

## ABSTRACT

From the 2000s onwards, we observed - from the point of view of social groups - the demands for the construction of public services based on the citizen's experience, as a significant, central axis (demand) in the cycle of public policies. By inserting the subjects – audience/target of the action at the center of the process, we obtain many more elements for in-depth analysis (Rodrigues, 2016), which in turn, has the potential to develop more effective public policies. Thus, this article aims to contribute to the epistemological development of the formulation of public policies based on subjects. In this sense, the ongoing ethnographic research proposes to carry out the cartography of a university extension network present in the "UFPB no seu município" Program, through documentary, qualitative and quantitative analysis in order to identify the impact of extension actions on the process of formulation of public policies in the municipalities, aiming at Dialogical Interlocution between the sectors of society: State, market and civil society.

**Keywords:** Public policy; Dialogical Interlocution; University Extension; Social Management.

## INTRODUÇÃO

Com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), entre 2002 e 2014, foram abertas aproximadamente 850 mil vagas para estudantes ingressantes em cursos superiores e tecnológicos de instituições de educação superior públicas (IESP) no Brasil na terceira fase do programa (LORENZONI, 2011). O REUNI, além de difundir o ensino superior no Brasil ao criar 18 novas universidades federais, expandiu significativamente a interiorização e o impacto social positivo das IESP a partir de programas e projetos institucionais e interinstitucionais de extensão, a exemplo do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (ProExt-MEC). Essas

ações de extensão, por sua vez, articularam não só membros das próprias comunidades acadêmicas, mas também atores sociais nos territórios onde foram desenvolvidas.

A partir desse contexto, este trabalho busca compreender as relações existentes entre as políticas institucionais de extensão com a formulação de políticas públicas nos municípios parceiros de instituições de ensino superior públicas, nesse caso a Universidade Federal da Paraíba. Partimos da hipótese de que a construção dessas redes, por meio de projetos e programas de extensão universitária vinculados a atores sociais e instituições e órgãos dos entes federativos, fomentaria tanto a formulação quanto o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas nos territórios das ações. Portanto, analisamos tanto os projetos de extensão que foram realizados entre 2017 e 2019 vinculados ao Edital “UFPB no seu município”, quanto os resultados posteriores desses mesmos projetos nos municípios onde foram desenvolvidos.

Este trabalho de cunho etnográfico e cartográfico faz-se importante porque atualiza o estado da arte dos estudos em tela. Além disso, pela necessidade de analisar o impacto das ações de responsabilidade social de instituições de educação superior públicas nos territórios onde elas são realizadas. Por fim, permite o desenvolvimento de novas reflexões sobre a importância de se construir políticas públicas mais condizentes com o contexto local dos territórios onde elas serão desenvolvidas.

O presente artigo está estruturado em três seções: vislumbraremos o referencial teórico com os autores utilizados no decorrer da pesquisa; posteriormente, teremos a seção de metodologia com a especificação dos métodos e técnicas utilizadas durante a pesquisa; em seguida, a seção dos resultados e discussões com o tratamento dos dados analíticos, e, por fim, as considerações finais e as referências utilizadas.

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM FOCO**

Em primeiro lugar, apresentamos os conceitos que julgamos ser essenciais para o entendimento do nosso problema de pesquisa: identificar relações dialógicas entre os atores da rede extensionista do Programa “UFPB no seu município” da Universidade Federal da Paraíba. Esses conceitos nos possibilitam analisar as formas de relacionamentos interinstitucionais e as possibilidades de desenvolvimentos

de soluções na forma de políticas públicas para as comunidades que recebem as ações políticas construídas a partir das ações extensionistas.

A Extensão universitária, segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - (FORPROEX), "é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade" (2012, p.15). Acrescenta ainda que a extensão universitária é indissociável dos processos de ensino e pesquisa, logo, essas três áreas da academia devem ser pensadas e desenvolvidas em conjunto para o melhor aprimoramento das universidades e institutos federais. Uma vez que a extensão universitária se apresenta à sociedade em diversos formatos, a saber: programas de extensão; projetos de extensão; cursos e oficinas de extensão; eventos; prestações de serviços; incubadoras; empresas juniores; núcleos de extensão, entre outros.

Segundo Duarte (2011), uma política administrativa ou institucional é o agrupamento de diretrizes, condutas e regulamento que dão ordem às relações sociais e ações dentro de uma instituição. Ao pensarmos a extensão universitária como uma dessas ações institucionais podemos entendê-la como um processo com princípios e costumes que formam uma estrutura social específica. Assim, ao analisar a extensão universitária por entre essa ótica que visa não só o aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem da comunidade acadêmica, mas também o desenvolvimento social das comunidades participantes de ações de extensão, compreendemos o papel científico-humanístico-sócio-cultural de instituições que se propõem a transformar os cenários locais por meio de uma educação contextualizada com o território e seus múltiplos atores sociais.

Geertz (1974) depreende a cultura como uma "teia de significados", logo compreende-a como uma linguagem, como um código cultural. Por outro lado, ao refletirmos a extensão universitária enquanto uma cultura dotada de rede social, encontramos valores, formas de comunicação, heróis e protagonistas, ritos de passagem, cerimônias, rituais, normas, histórias, crenças e tabus. Por conseguinte, podemos também identificar os nós da rede extensionista que conectam entre si na forma de atores sociais, instituições, empresas e órgãos que compõem essas redes.

Ao recortarmos o estudo da extensão universitária sob a perspectiva da análise de uma rede interinstitucional podemos tomar como base o conceito de Rizoma de Deleuze e Guattari (1995). Para os autores, o rizoma é multiplicidade, ou uma filosofia, que busca a construção do conhecimento através das diferenças, da variabilidade de conexões que podem surgir num determinado território. Desse modo, vê-se a possibilidade do estudo da cultura extensionista como um campo multifocal e multi/inter/transdisciplinar que nos possibilita análises aprofundadas sobre as relações institucionais das instituições de ensino superior (IES).

Da mesma forma, se focarmos no elemento cultural da comunicação entre indivíduos numa determinada rede podemos identificar o papel essencial do diálogo para o desenvolvimento, aprimoramento e fortalecimento da própria rede em si, como aponta Habermas (2012). Deleuze e Guattari (1995) também dizem que a ação de enunciação não é uma ação individual, mas sim uma ação coletiva. Em suma, toda ação de enunciação deve pressupor a fala de um coletivo e não deve ser apenas a ação da instituição enquanto emissora de mensagens. Desse modo, vemos a comunicação e o diálogo como elementos essenciais para a constituição de processos de interlocução dialógico-democráticos entre instituições e parceiros nos territórios onde elas estão localizadas.

O pensamento da ação dialógica coletiva também é frisado em sua importância por Freire (1983, p. 17):

Esta é a razão pela qual, se alguém, juntamente com outros, busca realmente conhecer, o que significa sua inserção nesta dialogicidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível, não faz extensão, enquanto que, se faz extensão, não proporciona, na verdade, as condições para o conhecimento, uma vez que sua ação não é outra senão a de estender um “conhecimento” elaborado aos que ainda não o têm, matando, deste modo, nestes, a capacidade crítica para tê-lo.

Para Freire (1983), o ato da construção de conhecimento só é realizado a partir da dialogicidade no campo, do contrário só há transferências de informações sem o desenvolvimento da criticidade. Se para efetuar a dialogicidade é preciso se disponibilizar de forma transparente e recíproca no campo da ação construtiva de conhecimentos, assim também será para a ação da construção das políticas. Consequentemente, se aplicarmos esse entendimento ao processo de formulação de políticas, sejam elas sociais ou institucionais, teremos um modo mais democrático e participativo de construção.

Com vistas a facilitar o processo de entendimento, aqui tomaremos como base o conceito de políticas públicas tal qual defendido por Chrispino (2016, p.22) em que a “política pública é a intencionalidade de ação de governo”, também como nos apresenta Ramírez (2010, p.13) a "política pública significa reconhecer que sua formulação é um processo sociocultural e, como tal interpreta, classifica e gera realidades, além de moldar os sujeitos a quem se dirige". Assim, podemos tanto compreender as políticas públicas enquanto força motriz da intencionalidade do governo, quanto como um processo desenvolvido por um povo dentro de sua cultura baseado em suas características sociais e culturais que não só gera, mas transforma os sujeitos.

Pensar as políticas públicas como construção dialógica é pensá-las também como o desenvolvimento da ação dialógica rizomática proposta por Barbosa (2020, p.35):

Logo, o diálogo entre Habermas (1987), Freire (1983), Deleuze e Guattari (1995), podem elevar a ação comunicativa à multiplicidade de interações baseadas no diálogo, na reciprocidade e na alteridade. Esse agir dialógico rizomático pretende basear subsídios para a formulação de uma interlocução universidade-sociedade na qual seja possível construir relações sociais democráticas, não-hierarquizadas como a democracia representativa, mas de forma horizontalizada democraticamente participativa. Para isso, os interlocutores devem ter compromisso com a interação visando respeitar as visões de mundo e necessidades das comunidades, evitando falácias mal-intencionadas e manipulatórias.

Ainda para Barbosa (2020), a ação dialógica rizomática deve ser vista como um processo de colaboração interinstitucional entre as IES e as instituições do território onde a ação será desenvolvida e intersetorial entre as IES e representantes dos três setores da sociedade. Sendo que essas parcerias devem ser construídas levando em conta os interesses de todas as comunidades inseridas no processo com negociações recíprocas que prezam “pelo esclarecimento, que vise a participação social, o empoderamento, a cidadania e o desenvolvimento territorial e humano” (BARBOSA, 2020, p.44). Portanto, ao aplicar a ação dialógica rizomática às políticas de extensão podem-se ver, a longo prazo, as possibilidades de construção e a assessoria na execução de políticas públicas nos territórios onde as ações de extensão serão desenvolvidas.

É preciso pensar que, com seu papel social, a universidade possui influência positiva tanto nos territórios, quanto nos atores sociais. E, essa influência pode gerar inúmeras outras ações. Deve-se levar em consideração que as ações de extensão,



muitas vezes, são datadas com prazos para terminar, mas se essas ações forem desenvolvidas alinhando-se a políticas públicas ou visando fomentar a construção das mesmas, elas poderão provocar ações de longo prazo nos atores sociais e nas instituições. Conseqüentemente, as ações de extensão possibilitarão análises mais aprofundadas dos contextos das comunidades, buscando não só solucionar um problema específico, mas, a partir de seu entendimento, verificar as múltiplas formas de transformação das realidades analisadas por meio de parcerias com atores sociais e da construção de políticas públicas.

## MÉTODOS

Com o objetivo de identificar a construção de políticas públicas nos territórios a partir das ações de extensão universitárias, buscou-se primeiro a pesquisa bibliográfica e levantamento de dados da rede de extensão formada através do Edital UFPB no seu município. Este levantamento dos dados foi feito através da captação de dados institucionais do próprio edital e em plataformas digitais, tendo como propósito compreender de forma ampla o tamanho da rede formada. Devido à ampla quantidade de informações disponíveis, optou-se em primeiro momento pela pesquisa qualitativa, e pesquisa quantitativa em segundo momento.

A coleta de dados foi realizada nas seguintes plataformas digitais: SIGAA-Extensão, o Portal da Transparência, o Mapa das OSCs, o IBGE-Cidades, o DataSEBRAE, o IPEA, O Portal de ODS. Por serem múltiplas a quantidade de fontes de informações e a instituição não disponibilizar de instrumento digital que integra todos estes dados, durante o processo de obtenção dos dados dos projetos foi desenvolvido um banco de dados online com o Google Planilhas, onde implementamos a automação de diversas funções com a finalidade de otimizar os processos de gestão de dados.

Após a captação de todos os dados dos projetos e das outras plataformas digitais, elaboramos um questionário com o objetivo de obter dados específicos dos projetos, os quais por algum motivo não encontram-se disponíveis nas plataformas institucionais. O questionário foi enviado para os coordenadores e coordenadoras dos projetos de extensão do Edital Programa “UFPB no seu município” no período de 2017 a 2019. Esse questionário é composto por seções, a saber: Identificação do

coordenador; Identificação do Projeto; Política de Gestão; Plano acadêmico; Políticas Públicas; e Relação Universidade-Sociedade.

Com os dados dos projetos e os demais dados já devidamente organizados no banco de dados online, realizamos análises dos dados com o objetivo de retirar e produzir inferências estatísticas. Para essa etapa foi utilizado o software IBM SPSS, e para as análises qualitativas utilizamos o software Atlas.ti, o que nos possibilitou agrupar a codificação de termos e palavras-chave, bem como analisar as conexões estabelecidas entre estes agrupamentos específicos. Além disso, para criar um mapa de redes sociais estabelecidas nos territórios, foi desenvolvido outro banco de dados no software Gephi, no qual foram inseridas as coordenadas geográficas, e por meio do georreferenciamento foi construído o mapa digital.

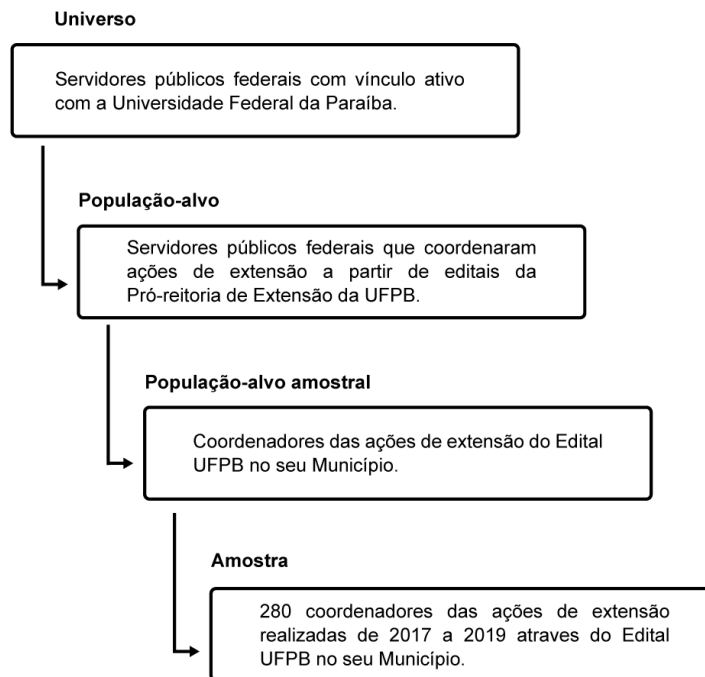
A pesquisa qualitativa nos possibilitou a categorização dedutiva e uma melhor sistematização dos dados para organizarmos as variáveis na técnica de amostragem intencional, a fim de obtermos uma análise mais segmentada dos resultados. A técnica de amostragem intencional se baseia no prévio conhecimento do objetivo a ser estudado, nesse caso, as ações de extensão e suas execuções pelos participantes da amostra, o que, por fim, possibilitou uma melhor identificação de resultados.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 14).

Durante a análise quantitativa foram realizados testes estatísticos como: Números de casos, Percentagens, Teste exato de Fisher, Média aritmética, Coeficiente de variação, Desvio-padrão, Prova de McNemar para a significância das mudanças, Prova de aleatoriedade para duas amostras independentes, entre outros, estruturados segundo SIEGEL (2006).



Figura 1 – Processo de escolha do Universo, da população alvo e da amostra.



Fonte: Elaborado pelo autor (Barbosa, 2020, p.48).

Na análise qualitativa os resultados foram igualmente segmentados por categorias das áreas temáticas das ações de extensão como: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. As ações receberam outra classificação vinculadas às categorias de território como: macro das mesorregiões; microrregiões; regiões metropolitanas; regiões geográficas intermediárias e imediatas; regiões geoadministrativas; municípios; e microterritórios. Além disso, analisou-se por meio da análise documental as propostas dos projetos aprovados e os relatórios finais de cada projeto em si, com vistas a identificar os resultados de modo mais objetivo.

É possível entender então aqui a formação da pesquisa documental, visto que ela é um assunto não tão estranho assim para quem já se consultou sobre pesquisa bibliográfica. A diferença crucial é que na pesquisa documental ainda não houve um filtro analítico, e os materiais podem sofrer reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa. (LOPES, 2016)

A investigação procurou mapear em profundidade as ações de extensão desenvolvidas e as vinculações que foram criadas a partir delas nos territórios, com o objetivo de identificar o estabelecimento de acordos de cooperação

interinstitucionais e relações de parceria com outros Órgãos públicos, Associações, Fundações e Instituições sem fins lucrativos, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, Organizações Não Governamentais - ONGs, Empresas públicas e privadas, de pequeno e grande porte e etc. Essa análise nos permitiu identificar tanto as articulações em redes quanto as possíveis políticas públicas construídas a partir de ações que fomentaram ambientes democráticos e participativos com atores sociais.

## UFPB NO SEU MUNICÍPIO: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL GEORREFERENCIADA

Com vistas a otimizar o processo de análise de resultados durante o processo de pesquisa, segmentamos os dados em categorias, subcategorias e programas que mais caracterizam as áreas das políticas públicas. Ao todo foram diagnosticadas oito subcategorias das políticas públicas e oitenta e três políticas de governo. Essa estrutura criada possibilitou melhores análises documentais, as mesmas podem ser encontradas no Apêndice I.

A princípio foram identificadas ao todo 280 ações de extensão aprovadas no Programa “UFPB no seu município” em três editais lançados no período de 2017 a 2019. Todas as oito linhas temáticas da extensão tiveram ações registradas, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1: Quantidade de Ações aprovadas por Linhas Temáticas da Extensão

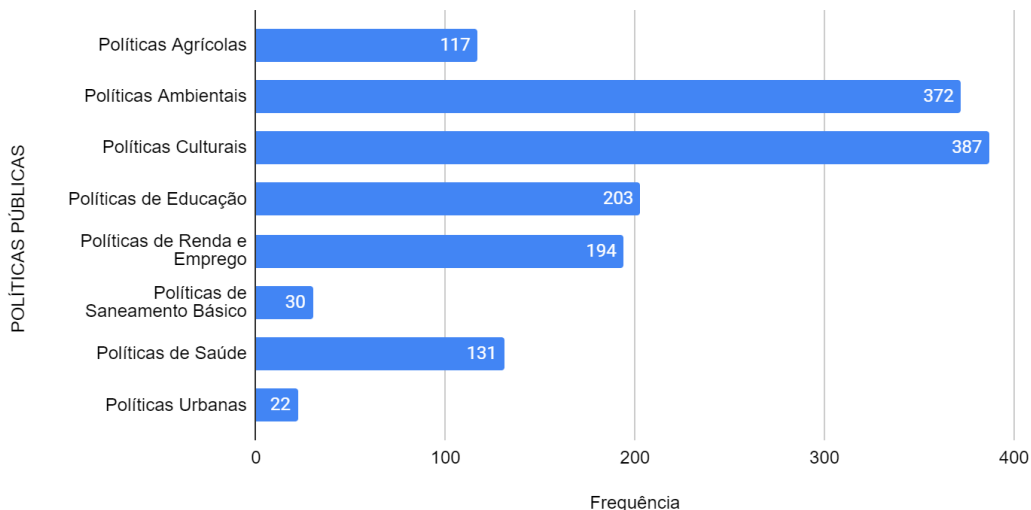
LINHAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	AÇÕES APROVADAS
Educação	144
Cultura	90
Tecnologia e Produção	13
Comunicação	10
Saúde	10
Direitos humanos e Justiça	7
Meio Ambiente	5
Trabalho	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Desse modo, veremos no Gráfico 1 as 1456 ocorrências de citações satisfatórias computadas, aquelas que não corresponderam às realidades dos projetos foram excluídas. Sendo assim, podemos observar que quatro famílias de Políticas Públicas evidenciam uma concentração das ocorrências, podendo ser vistas no Gráfico 1.

O Gráfico 1, por sua vez, nos revela as áreas de maior concentração, sendo elas: Políticas Culturais, com 387 citações (26,6%); Políticas Ambientais, com 372 citações (25,5%); Políticas de Educação, com 203 citações (13,9%) e Políticas de Renda e Emprego, com 194 citações (13,3%). Inclusive, identificamos que as Políticas Culturais e Ambientais juntas somam aproximadamente 52,1% do total geral de citações nos documentos de propostas aprovadas nos três editais do Programa “UFPB no seu Município”.

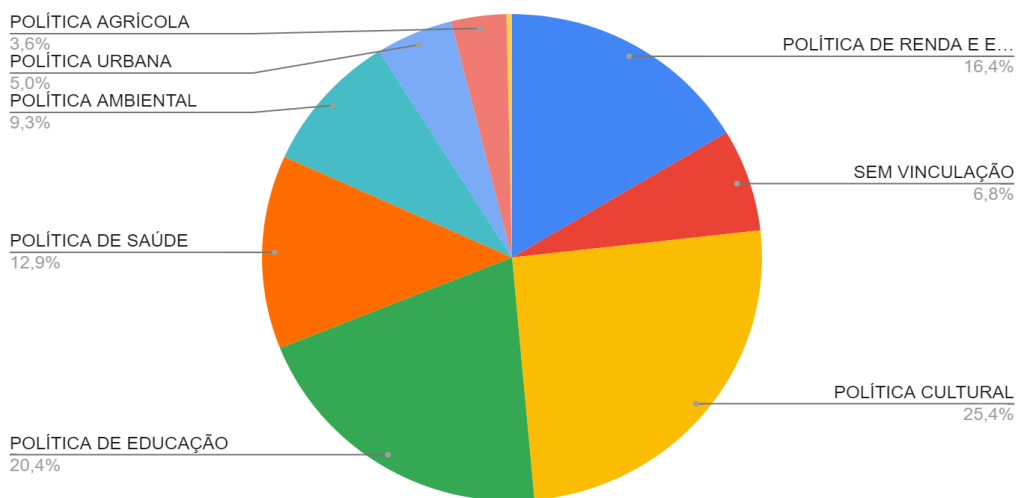
Gráfico 1: Quantidades de citações das Políticas Públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com a fundamentação já nos dados segmentados, possibilitou-se a correspondência de programas e políticas públicas com as ações de extensão universitária. De acordo com a análise documental das propostas aprovadas, 261 ações de extensão indicaram vinculações com políticas públicas específicas e 19 não tiveram vinculações constatadas. Estes dados revelam a vinculação com as linhas temáticas privilegiadas pelo Programa, tendo em vista a quantidade de ações concentradas na área da Cultura. O Gráfico 2 nos apresenta a disposição das ações extensionistas vinculadas às políticas públicas.

Gráfico 2: Porcentagem de ações de extensão vinculadas às Políticas Públicas.



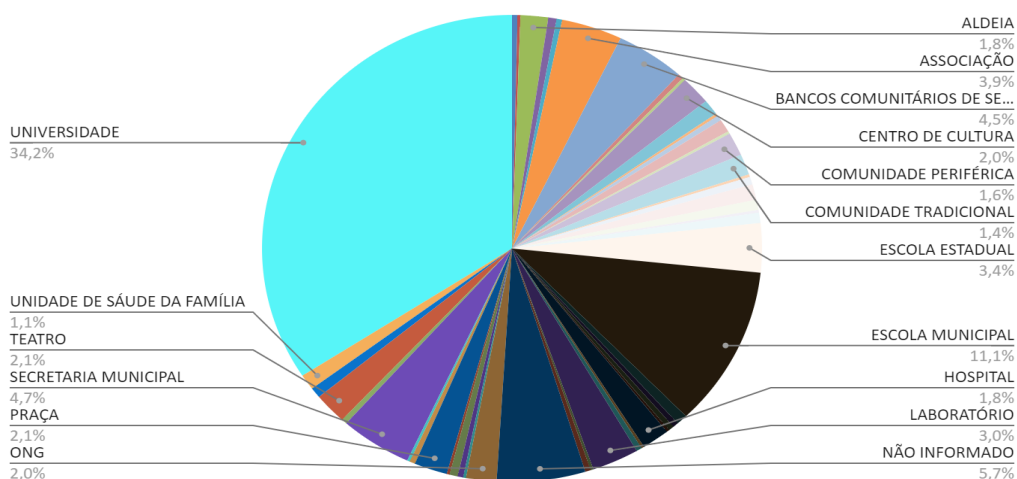
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Também, as setorizações das ações, nas quais temos as Políticas Públicas Culturais com maior número de projetos e cursos, com 71 ações vinculadas a essa área, sendo um total de 25,4%. A área que ficou em segundo lugar em números de vinculações foi Políticas Públicas da Educação, com 57 ações atribuídas (20,4%). A terceira área de destaque foi a das Políticas Públicas de Renda e Emprego com 46 ações (16,4%).

Semelhantemente, foram analisadas as correspondências georreferenciadas das localidades onde as coordenações das ações de extensão indicaram a realização das atividades. Assim, encontrou-se um total de 77 municípios divididos entre os Estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul. Com o objetivo de tornar mais facilitado o processamento de dados, as localidades foram categorizadas em 50 tipos de locais de realização diferentes, sendo que ao total foram encontrados 560 locais de realização.

O Gráfico 3 nos mostra que 34,2% (191) dos locais de realização estavam dentro de Universidades, 11,1% (62) dos locais eram Escolas Municipais, 4,7% (26) eram Secretarias Municipais, 4,5% eram Bancos Comunitários de Sementes e 3,9% (22) eram Associações. Além disso, apenas 5,7% (32) não informaram os locais de realização exatos e de forma precisa para que se pudessem identificar.

Gráfico 3: Porcentagem dos Locais de Realização divididos por Tipos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com os locais de realização das ações de extensão identificados e agrupados por tipos de locais, foi possível classificá-los mediante suas vinculações com os três setores da sociedade através das categorias primeiro Setor (Estado), segundo Setor (iniciativa privada) e terceiro setor (Sociedade Civil), além das categorias “Não informado” e “Não vinculado”. A última categoria citada fez-se necessária por conta de locais de realização que não possuíam vinculação com nenhum dos setores especificamente, como por exemplo Assentamentos e Comunidades Tradicionais.

Dessa maneira, pudemos verificar que 397 locais de realização são vinculados aos órgãos das Esferas Municipais, Estaduais e Federais, agrupando 71% de todos os locais encontrados. São 103 (18,4%) locais que fazem parte da Sociedade Civil e apenas 11 (2%) são vinculados a empresas privadas. Por outro lado, 16 (2,9%) locais não estavam vinculados a nenhum dos três setores, tendo em vista que se definiam nas categorias de Comunidades Periféricas, como Centros comunitários, e Comunidades Tradicionais como Quilombos e sítios na Zona rural.

Para comparação entre os dados que possivelmente seriam identificados nas propostas aprovadas, foram criados três formulários idênticos, sendo que a única diferenciação eram as variáveis “ano” e “título da ação”. Esta distinção deu-se pelo fato de que entre as 280 ações desenvolvidas e divididas por ano, como mostra o Quadro 1, havia somente 209 coordenadores únicos entre professores e técnicos. Eventualmente, esse número revela que servidores aprovaram propostas em mais de um edital do Programa UFPB no seu Município.

Quadro 1: Quantidade de propostas aprovadas nos Editais do Programa UFPB no seu Município.

EDITAL	PROPOSTAS APROVADAS
EDITAL PRAC Nº 03/2019	125
EDITAL PRAC Nº 03/2018	99
EDITAL PRAC Nº 03/2017	56
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

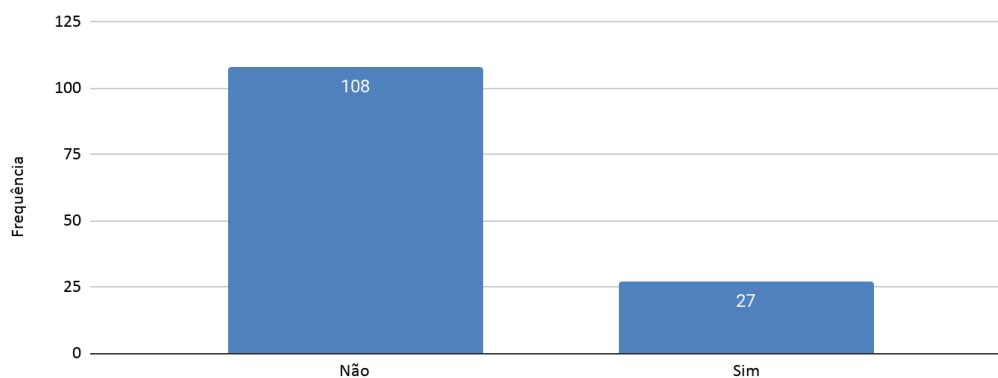
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos referidos editais lançados pela PROEX-UFPB.

Desse modo, fez-se necessário facilitar a compreensão sobre qual ação eles deveriam caracterizar, em busca de evitar possíveis confusões a respeito dos preenchimentos. Os questionários foram enviados diretamente aos e-mails dos servidores durante o período de setembro a novembro de 2020. Como resultado, foram obtidas 135 respostas de 113 (51.13%) coordenadores, o que constitui 48,21% das 280 propostas aprovadas e desenvolvidas. Os questionários foram estruturados em seis seções, dentre elas iremos expor aqui dados da terceira seção, a de relacionamento dos projetos com as Políticas Públicas.

Na seção sobre as Políticas Públicas dos questionários, foram abordadas questões que possibilitassem identificar e analisar a construção de políticas públicas a partir de ações de extensão. Desse modo, com a pergunta “Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a partir do projeto?” foram obtidas 27 (20%) respostas afirmativas entre os 135 questionários.

Gráfico 04: Quantidade de ações que geraram políticas públicas.

Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a partir do projeto?



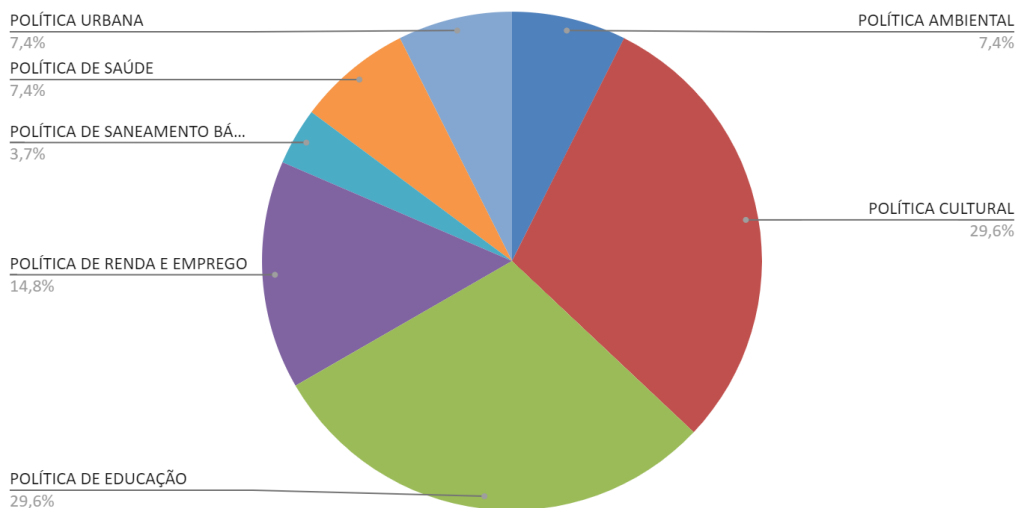
Após o desenvolvimento da ação de extensão, no território onde ela foi desenvolvida foi gerada alguma política pública a

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).



Detectamos com a questão complementar à anterior, “Se sim, qual foi a política pública gerada?”, que entre as 27 ações que resultaram em políticas públicas, as mesmas se concentram nas áreas de Políticas Públicas de Cultura e de Educação, ambas com oito (29,6%) resultados, e a área de Renda e Emprego registrando quatro (14,8%) resultados. As setorizações das políticas podem ser vistas no Gráfico 05.

Gráfico 05: Porcentagem de ações que geraram políticas públicas por setores.



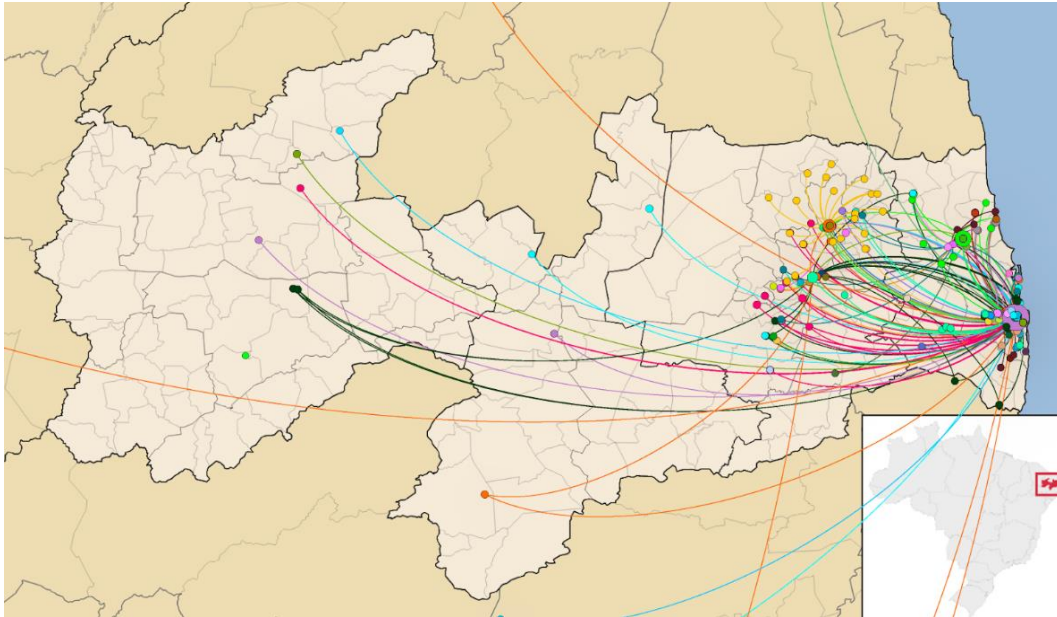
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

De modo geral, podemos observar a grande articulação de ações de extensão com as políticas públicas e esse número reverbera no território de cinco estados brasileiros, como foi demonstrado anteriormente, comprovando o potencial da referida política em promover ações nas comunidades e territórios. Como explicitado, a análise documental aliada à análise por questionários nos permitiu a elaboração de uma cartografia do Programa UFPB no seu município. Isso nos revela o potencial de articulação e de reterritorialização tanto dos próprios programas, projetos e cursos, quanto dos extensionistas em si.

Inclusive, quando se analisam as articulações realizadas entre as ações de extensão e os parceiros, identifica-se uma alta articulação com atores sociais de vários setores da sociedade. Essa informação nos revela o grande potencial de diálogo criado a partir do Programa UFPB no seu município, principalmente com parceiros do primeiro e do terceiro setor. Ademais, a parceria com atores sociais do terceiro setor corrobora para a valorização da participação social. Portanto, o desenvolvimento da colaboração interinstitucional possibilita ações de extensão mais efetivas e com

maiores chances de impacto social positivo. Sobretudo, quando se analisa o número de articulações com múltiplas entidades de todos os três setores, 319 parcerias, fica nítida a capacidade de diálogo dos extensionistas com diversos tipos de grupos. Vale salientar que 65% das ações de extensão acontecem em outros locais do território paraibano e não somente dentro da UFPB como podemos ver na Figura 2.

Figura 2: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município na Paraíba.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020) baseado em mapa da Wikipédia.

Como podemos ver no mapa da Figura 2: Grafo da Rede de Extensão do Programa UFPB no seu município na Paraíba, só no estado da Paraíba foram desenvolvidas ações em 69 municípios. Este número se faz superior aos demais estados de Pernambuco (três municípios), Rio Grande do Norte (dois municípios), Mato Grosso do Sul (dois municípios) e o do Piauí (um município), tendo em vista que estes municípios paraibanos orbitam os campi da UFPB. No entanto, a proximidade geográfica não aparenta ser um fator limitante, visto que temos ações desenvolvidas em mais quatro unidades da federação brasileira.

No tocante a divisão territorial, foram identificadas ações desenvolvidas nas quatro mesorregiões do Estado da Paraíba. Sendo que a mesorregião com mais ações em mais municípios foi a do Agreste Paraibano com 33 (42,9%) cidades, seguida pela mesorregião da Mata Paraibana com 22 (28,6%) municípios, pelo Serião Paraibano com 10 (13%) municípios e pela Borborema com 04 (5,2%)

municípios. Vale salientar que as microrregiões que mais tiveram ações em municípios distintos foram a do Litoral norte, com 10 (13%) municípios, seguida pelas microrregiões do Curimataú Oriental e de Guarabira, ambas com 07 (9,1%) municípios. Por fim, tendo as regiões metropolitanas como objeto de recorte, temos a Região Metropolitana de Guarabira com 12 (15,6%) municípios, a Região Metropolitana de João Pessoa com 11 (14,3%) municípios e a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape com 08 (10,4%) municípios.

A pesquisa também demonstrou uma baixa participação de atores sociais do segundo setor. No Brasil ainda não há uma clara cultura de desenvolvimento de parcerias público-privadas na educação, com exceção de pouquíssimas universidades como a Universidade de São Paulo. Mesmo assim, com a baixa interação, vemos cada vez mais a interlocução dialógica na relação universidade-empresa para a realização de programas em várias áreas do conhecimento, principalmente em universidades do exterior.

Em suma, os resultados identificados ratificam a importância da articulação das instituições de ensino superior públicas e atores sociais para o melhor desenvolvimento das ações de extensão em si. Igualmente, indicam a viabilidade do fomento à construção de políticas públicas a partir da contextualização e das ações de extensão junto a gestores públicos e tomadores de decisão. Desse modo, podemos concluir que a interlocução dialógica traz subsídios para criar políticas públicas por meio das ações de extensão. A exemplo da Gestão participativa de resíduos e inserção dos aspectos socioculturais nas trilhas interpretativas; A política pública municipal de transporte para os estudantes pré-universitários de Remígio-PB; Políticas de Formações continuadas de professores; e de acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda; entre outras.

Pensar um modelo de construção de políticas públicas, através da interlocução dialógica, nos permite desenvolver as bases para o estabelecimento de relações interinstitucionais que levem em consideração um design de gestão social interconectado e baseado na ação dialógico-rizomática a partir das reflexões propostas por Freire (1983), Habermas (1987) e Deleuze e Guattari (1995). Dessa maneira, espera-se que a epistemologia teórica desse conhecimento vise o estabelecimento de modelos teóricos de políticas públicas voltadas para os beneficiários como centro e

seus territórios, favorecendo a emancipação dos cidadãos, a alteridade e a descentralização de tomadas de decisões baseadas nos interesses dos três setores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como trouxemos no início, o objetivo desta pesquisa era compreender as relações existentes entre as políticas institucionais de extensão com a formulação de políticas públicas nos municípios parceiros das IESP's. Este objetivo foi possível de ser atingido através das análises documentais, qualitativas e quantitativas tanto dos projetos e seus resultados, quanto dos processos de articulação dos membros da rede de extensão composta pelo Programa UFPB no seu município. Demonstramos que além do impacto social positivo direto das ações de extensão na comunidade, houve uma transformação na realidade local a partir das políticas públicas formuladas.

A partir da amostra selecionada, notamos que as políticas culturais e ambientais são as mais citadas, inclusive podemos identificar que as Políticas Culturais e Ambientais juntas somam aproximadamente 52,1% do total geral de citações nos documentos de propostas aprovadas nos três editais do Programa “UFPB no seu Município”, o que vai ao encontro dos temas centrais do edital, “Cultura como eixo de desenvolvimento” e “Desenvolvimento Sustentável”. Com relação aos custos, comunidades atingidas e alunos bolsistas, o Programa tem apresentado a efetividade que é a medida de impacto nas comunidades.

O artigo apresentou-se como relevante pela necessidade de se compor mais literaturas que auxiliem na compreensão das relações de interlocução e parcerias interinstitucionais e intersetoriais nas três esferas da sociedade. Além disso, pela necessidade de analisar o impacto das ações de responsabilidade social das IESP's nos territórios onde elas são realizadas. Por fim, instiga na busca e pesquisa de novas reflexões acerca da importância de se construir políticas públicas mais condizentes com a realidade local dos territórios onde elas serão desenvolvidas.

Ainda há diversas barreiras a serem superadas na interlocução dialógica para as parcerias entre a universidade, a iniciativa privada e a sociedade civil. Pois, ainda temos muitos pesquisadores que temem a perda de autonomia das IESP's ao se abrirem a colaborações com empresas. Acredita-se que esse receio se dá pela crença de que ao abrir as portas da universidade para parcerias público-privadas, o mercado

ditará o que deve ser produzido dentro das instituições de ensino superior. Por isso, é preciso pontuar que as parcerias e termos de cooperação são firmados pelos interesses de ambos os lados, logo, a partir do que foi construído colaborativamente não há motivos pelo receio.

Ao mesmo tempo, muitos educadores possuem grandes dificuldades tanto em tornar seus conhecimentos acessíveis à sociedade quanto de dialogarem com esta mesma sociedade para construir soluções a partir das reais necessidades das comunidades em si. Isso nos revela muitas vezes uma descontextualização das ações de extensão com os problemas específicos que as comunidades querem solucionar. Desse modo, a interlocução dialógica aplicada nesse contexto tem por objetivo a escuta ativa dos interesses da comunidade para a construção de ações de extensão que tenham como centro da ação seus beneficiários.

Eventualmente, a construção de políticas públicas a partir do interesse da comunidade em si tem várias possibilidades de pesquisas, como a utilização dos conceitos de antropologia de projetos, design de serviços, design etnográfico e própria ação dialógico-rizomática. Note-se que todas essas possibilidades trazidas aqui põem o sujeito como centro da ação, levando-as em consideração como ferramentas de análise em profundidade para a construção de políticas públicas mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. (Coord.) **Políticas públicas: conceitos e práticas**. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. Série Políticas Públicas.

BARBOSA, EMERSON LOPES et al. **Territórios de interlocução e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas**. 2020

BENSO, Aline. **Processos de comunicação, transparência e publicização em práticas de gestão social: o caso do território da cidadania Noroeste Colonial**. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 mar. 2020.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Editora FGV, 2016.



- DELEUZE, Gilles. Gilles Deleuze Claire Parnet. **Diálogos**, 1980.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs. **Capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, p. 3, 1995.
- DUARTE, Geraldo. **Dicionário de Administração e Negócios**. São Paulo: Editora K, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 1983.
- FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasil, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. trad. **Flávio Beno Siebeneichler**, v. 2, p. 2, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LORENZONI, Ionice. **Novas universidades e institutos federais vão abrir 850 mil vagas**. 2011. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/977-novas-universidades-e-institutos-federais-vaio-abrir-850-mil-vagas>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- LOPES, J. **Fazer Do Trabalho Científico Em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JOÃO PESSOA-PB. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSUNI. Resolução 61/2014. 2014. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/resolucao-atividades-de-extensao-no-61-2014.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- JOÃO PESSOA-PB. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Universidade Federal da Paraíba. UFPB em números (2012-2018). 2019. Disponível em: [http://www.ufpb.br/acessoainformacao/contents/documentos/ufpb-numeros\\_2012-2018.pdf](http://www.ufpb.br/acessoainformacao/contents/documentos/ufpb-numeros_2012-2018.pdf). Acesso em: 19 fev. 2019.



JOÃO PESSOA-PB. Programa UFPB no seu município promove curso de Vivência em Ações Legislativas na Câmara Municipal de Areia. Matéria publicada em 06/12/2013 pela ASCOM – Reitoria. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.ufpb.br/antigo/content/programa-ufpb-no-seu-munic%C3%ADpio-promove-curso-de-viv%C3%Aancia-em-a%C3%A7%C3%B5es-legislativas-na-c%C3%A2mara-mun>. Acesso em: 25 out. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. 2019. Disponível em: [http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi\\_2019-2023\\_posconsuni-1.pdf](http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf). Acesso em: 19 fev. 2020.

JOÃO PESSOA-PB. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. 2018. Disponível em: [http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi\\_ufpb\\_2014-2018.pdf](http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_ufpb_2014-2018.pdf). Acesso em: 19 fev. 2020.

RAMÍREZ, María Clemencia. **La antropología de la política pública**. Antípoda, Bogotá, n. 10, p. 13-17, ene/jun 2010.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. 2019.

SIEGEL, S., & CASTELLAN Jr., N. J. (2006). **Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2a Edição.

## ANEXO I

<b>Município</b>	<b>Região</b>	<b>Município</b>	<b>Região</b>
Alagoa Grande	Paraíba	Itapororoca	Paraíba
Alagoa Nova	Paraíba	Itatuba	Paraíba
Alhandra	Paraíba	Jacaraú	Paraíba
Aparecida	Paraíba	João Pessoa	Paraíba
Arara	Paraíba	Lagoa	Paraíba
Araruna	Paraíba	Lagoa de Dentro	Paraíba
Arcoverde	Pernambuco	Lagoa Seca	Paraíba
Areia	Paraíba	Logradouro	Paraíba
Areial	Paraíba	Lucena	Paraíba
Baía da Traição	Paraíba	Mamanguape	Paraíba
Bananeiras	Paraíba	Marcação	Paraíba
Bayeux	Paraíba	Mari	Paraíba
Belém	Paraíba	Massaranduba	Paraíba
Bom Sucesso	Paraíba	Mataraca	Paraíba
Bonito de Santa Fé	Paraíba	Mogéiro	Paraíba
Borborema	Paraíba	Montadas	Paraíba
Caaporã	Paraíba	Monte Horebe	Paraíba
Cabedelo	Paraíba	Monteiro	Paraíba
Cacimba de Dentro	Paraíba	Mossoró	Rio Grande do Norte
Caixara	Paraíba	Nova Palmeira	Paraíba
Cajazeiras	Paraíba	Pedras de Fogo	Paraíba
Campina Grande	Paraíba	Pedro Régis	Paraíba
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Petrolina	Pernambuco
Capim	Paraíba	Pilar	Paraíba
Casserengue	Paraíba	Pirpirituba	Paraíba
Catolé Do Rocha	Paraíba	Queimadas	Paraíba
Conde	Paraíba	Remígio	Paraíba
Coremas	Paraíba	Riachão	Paraíba
Cruz do Espírito Santo	Paraíba	Rio Tinto	Paraíba
Cuité de Mamanguape	Paraíba	Santa Luzia	Paraíba
Damião	Paraíba	Santa Rita	Paraíba
Dona Inês	Paraíba	São José de Piranhas	Paraíba
Dourados	Mato Grosso do Sul	São Miguel dos Touros	Rio Grande do Norte
Duas Estradas	Paraíba	Serraria	Paraíba
Esperança	Paraíba	Solânea	Paraíba
Guarabira	Paraíba	Tacima	Paraíba
Itabaiana	Paraíba	Taperoá	Paraíba
Itambé	Pernambuco	Teresina	Piauí
Itaporanga	Paraíba		

## ANEXO II

### ÁREAS TEMÁTICAS DO PROGRAMA

#### EDITAL PRAC Nº 03/2018 - PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO

ÁREA TEMÁTICA	LINHAS DE ATUAÇÃO
EDUCAÇÃO	Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.
ARTE	
CULTURA	

#### EDITAL PRAC Nº 03/2018 - PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO

ÁREA TEMÁTICA	LINHAS DE ATUAÇÃO
EDUCAÇÃO	Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Educação Popular; Cursinhos pré-vestibular; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária em diferentes modalidades; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.
ARTE	
CULTURA	

#### EDITAL PRAC Nº 03/2019 - PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO

ÁREA TEMÁTICA	LINHAS DE ATUAÇÃO
EDUCAÇÃO	Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação à Distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Educação Popular; Educação do Campo; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Incentivo à Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Educação; Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de Educação.
CULTURA	Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, Artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Música, Artes Visuais Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Dança; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.